



GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 6º andar
70049-900 - Brasília-DF
Tel.: (61) 3312-8709 – ministro@defesa.gov.br

OFÍCIO Nº 9586/GM-MD

Brasília, 03 de abril de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada **SORAYA SANTOS**
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
70.160-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 155/2020

Senhora Primeira-Secretária,

1. Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, refiro-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1070, de 13 de março de 2020, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 155/2020, por meio do qual o Deputado JESUS SÉRGIO (PDT/AC), requer informações do Ministro de Estado da Defesa acerca dos gastos com pensão vitalícia de filhas herdeiras de militares nas Forças Armadas que recaem sobre o sistema de Previdência.

2. A respeito do assunto, cumpro-me informar a nobre Deputada a resposta às seguintes indagações:

a) Quantos benefícios são pagos mensalmente para as filhas solteiras, herdeiras de militares no Exército Brasileiro?

b) Quantos benefícios são pagos mensalmente para as filhas solteiras, herdeiras de militares na Marinha do Brasil?

c) Quantos benefícios são pagos mensalmente para as filhas solteiras, herdeiras de militares na Aeronáutica?"

Resposta:

O quantitativo de pensões pagas, mensalmente, às filhas de militares solteiras, herdeiras de militares do Exército, Marinha do Brasil e Aeronáutica, ainda não é possível de ser mensurado, pois nos cadastros não constam as informações sobre o Estado Civil das pensionistas.

Justifica-se a inexistência de tal informação devido ao que está estabelecido no Art. 31 da Medida Provisória 2.215/10, de 31 de agosto de 2001, que manteve os benefícios da Lei nº 3.765, de 1960, qual seja:

"Os atuais militares, que optaram pela contribuição específica para a Pensão Militar, no valor de 1,5 % (um e meio por cento) sobre as parcelas que compõem a remuneração ou os proventos, têm assegurado o direito de manter os benefícios de concessão da pensão, na forma anterior da legislação, respeitada a ordem de prioridade, para:

a) cônjuge;

[...]

d) os filhos de qualquer condição, exclusive os maiores de 21 anos do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos; (grifo nosso)

[...]"

Ao citar filhos de qualquer condição o legislador permite a habilitação para a concessão da pensão militar das filhas de qualquer Estado Civil, portanto, no cadastro das pensionistas não ficou evidenciada a necessidade de cadastramento do Estado Civil das mesmas.

Por fim, esclarece-se que o processo de habilitação ao recebimento da pensão militar inicia-se na unidade onde o militar, se da ativa, estava servindo, ou se na inatividade, estava vinculado, de acordo com o estabelecido no Art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de março de 1960; "*Art. 7º A pensão militar é deferida em processo de habilitação, com base na Declaração de Beneficiários preenchida em vida pelo contribuinte, [...]*". (grifo nosso)

Tal processo de habilitação à pensão militar tramita por diversos órgãos de fiscalização e controle interno existentes nos Comandos Militares, e encerra-se quando for homologado, em julgamento do ato, pelo Tribunal de Contas da União".

3. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência reputar necessários.

Atenciosamente,

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro de Estado da Defesa



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Azevedo e Silva, Ministro(a) de Estado da Defesa**, em 03/04/2020, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2215927** e o código CRC **4357CFF8**.

GABINETE DO MINISTRO/GM
NUP Nº60042.000075/2020-88